

Prefácio

Rosario S. G. Lugli



Este livro apresenta os resultados da pesquisa de doutoramento de Deise Fernandes do Nascimento, orientada por mim no Programa de Pós-Graduação em Educação e Saúde na Infância e Adolescência da Universidade Federal de São Paulo.

Esse é o quadro formal da produção deste instigante texto. Como é comum em pesquisas de doutorado, teve sua parcela de sofrimento e sacrifício, acompanhada dos afetos e curiosidade que são próprias à investigação de um tema que mobiliza profundamente a pesquisadora. Em nossas longas conversas sobre o tema da pesquisa, os achados das entrevistas, os referenciais teóricos etc., o caráter trágico da situação se revelava continuamente. Era impossível não se identificar e sofrer pelos meninos e adolescentes internados – ao mesmo tempo era impossível não se solidarizar e compadecer pelos agentes socioeducativos entrevistados que, do jeito que podiam, tentavam dar conta de uma tarefa impossível. Foi graças ao olhar científico que pudemos tantas vezes dar um passo atrás e encontrar um sentido, frequentemente oculto pela emoção, para compreender o que estávamos vendo. Mas essas foram nossas sessões de orientação. A produção do trabalho aqui publicado é de autoria de Deise, completamente. Eu só tive o privilégio de vê-la juntar as peças, colocar-se no lugar de cada um dos atores desta história, compreender tudo o que estava em jogo para cada um deles, sem perder de vista o contexto social mais amplo. Também testemunhei, mais que tudo, talvez por força do ofício de assistente social, a teimosia de Deise em manter a esperança na possibilidade de mudança das pessoas e instituições. O compromisso de compreender a perpetuação da violência para mudá-la orientou a realização deste trabalho.

Recorreu-se, para dar conta desse desafio analítico, a uma tradição de estudos sobre ética que remete às situações, às representações (significados e crenças) e ao conhecimento dispo-

nível aos sujeitos no momento de tomarem decisões. São produções da sociologia, da psicologia e da filosofia que se entrecruzaram desde a década de 1960, nomeadamente Millgram, Zimbardo e Arendt. Ao pensar os condicionantes da ação humana e como se constrói uma ética situacional que frequentemente contradiz a moral socialmente aceita, esses autores nos mostraram o quanto mesmo as boas pessoas (não somos todos boas pessoas?) são capazes, dadas as condições, de realizar atos de grande maldade. As tais condições são comuns às organizações enormes e burocráticas de nossos dias: perde-se o todo de vista, desumaniza-se a tarefa, não existe uma responsabilidade sobre o que se faz, porque se trata de obedecer à autoridade incorporada na estrutura institucional. Estas constatações aplicam-se a qualquer trabalho em organizações, mas interessa especialmente nos trabalhos de aperfeiçoamento humano, em que a interação tem como objetivo a mudança do comportamento do outro.

As entrevistas feitas por Deise vão mostrando o quanto os agentes socioeducativos incorporam ou reagem a esse modelo de trabalho descrito acima. Não é possível uma rejeição total, tendo em vista que dependem do salário para sobreviver. Tampouco encontra-se uma aceitação total do modelo, porque isso seria negar a própria humanidade. E eles vão, no cotidiano da instituição, encontrando pequenos espaços de humanidade, desinvestindo emocionalmente o trabalho, superando identificações que possam ter com os adolescentes ou com os pais destes. Também vão criando táticas (retomando aqui o pensamento de Certeau) de sobrevivência, literalmente, já que o ambiente é extremamente tenso, e o número de adolescentes supera o de agentes socioeducativos. Ao iniciar uma das entrevistas, Deise encontrou a agente muito abalada: no dia anterior houve uma rebelião em uma unidade e um agente foi morto com um cabo

de vassoura que lhe atravessou o pescoço. Não há nem treinamento, nem condições adequadas para a contenção. Não há nem treinamento, nem espaço para uma ação mais criativa e educativa. O sentimento dominante é o da inutilidade da tarefa, tendo em vista que é impossível dar conta das duas coisas simultaneamente. Deise nos leva a compreender essas questões de modo brilhante, contrastando as normas explícitas da instituição com o cotidiano descrito pelos agentes.

São, de fato, narrativas que ninguém quer ouvir – mais fácil é encontrar um agressor e uma vítima. Mais difícil é compreender as nuances da situação e as condições que levam pessoas aparentemente “normais” a cometerem atos de crueldade. Como se desembaraça esse emaranhado de desigualdades, identidades, heranças pessoais e institucionais? A história da instituição já mostrou que não há soluções simples: retirem os “guardas” e coloquem educadores no lugar – isso deu muito errado, como se verá durante a leitura. Deise propõe, aqui e ali, sutilmente, entrelaçando os argumentos, uma perspectiva mais esperançosa: preparar para um ofício, dar elementos de escola, permitir imaginar uma identidade diferente. E nada disso ocorre se adolescentes e agentes não tiverem espaço para imaginar que algo pode ser diferente. Mas e se houvesse investimento em guardas realmente preparados para a contenção? E se houvesse agentes educadores convivendo diariamente com os meninos em atividades que não sejam apenas relativas ao cuidado físico? E se de fato se puder pensar a Fundação como espaço de socialização ao invés de encarceramento? Perguntas ingênuas, que não se resolvem com mais canetadas, mas com diálogo. Diálogo com os agentes, com os adolescentes, com todos os envolvidos nesse fenômeno de encarceramento, para compreender as correntes de significados e de representações que impedem a mudança.

Eu desejo que a leitura deste livro seja frutífera para todos.